

**AUTONOMIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA:  
EFICIÊNCIA, ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO.**

AUDITOR-FISCAL  
RECEITA para sair da crise

www.afisvec.org.br  
@afisvec

**AFISVEC**  
Associação dos Auditores Forais do Estado do Rio Grande do Sul - RS



**TALINE OPPITZ**

taline@correiodopovo.com.br

## Recoo estratégico

**A** Prefeitura de Porto Alegre recuou e confirmou a suspensão da tramitação, na Câmara, do projeto de alterações no regime de trabalho de servidores. A proposta era uma das que enfrentavam maior resistência do funcionalismo, em greve há 34 dias. Segundo o prefeito Nelson Marchezan Júnior, o recuo visa garantir mais tempo para o debate. "Tivemos uma reunião há 20 dias. A 27ª em dez meses. Com o Simpa, comando de greve e 16 vereadores, onde combinamos que os projetos seriam votados após amplo debate. Queríamos demonstrar a importância e a necessidade das ações em prazo de 40 dias, mas fomos surpreendidos pela votação de urgência na análise", disse Marchezan em entrevista exclusiva ao programa "Esfera Pública", da Rádio Guaíba. Na prática, o governo recuou para não ser derrotado, em função da estratégia de vereadores de oposição e alguns independentes, que emplacaram a urgência na votação, o que, provavelmente, teria como desfecho a rejeição da proposta na sessão plenária da próxima segunda-feira. Segundo Marchezan, não há prazo para que o projeto retorne à pauta da Câmara. O governo conta com base aliada minoritária, de 12 vereadores, que não raro apresenta dissidências. A volta de tramitação da proposta, portanto, ocorrerá apenas quando o Executivo conseguir o apoio de 19 vereadores, número mínimo para garantir a aprovação. Ou, caso se convença de que não obterá os votos necessários. Marchezan sustentou, em relação a apontamentos da auditoria parcial do Tribunal de Contas do Estado nas contas da prefeitura, que 100% dos recursos do Fundeb acabaram utilizados, mas foram insuficientes para o pagamento da folha da área da Educação. Ao comentar a expectativa sobre a possibilidade de fim da greve em função do recuo da prefeitura, Marchezan não demonstrou otimismo. "Fizemos a nossa proposta para que a greve encerrasse. O sindicato se embretou, os pedidos são impossíveis de serem cumpridos, como o salário em dia e o aumento de remuneração automática. Não podemos deixar de enfrentar estes problemas. É evidente que para uma parte da população, seria muito importante que os servidores retornassem ao trabalho. Aqueles que descumprirem a lei, sofrerão as consequências", disse o prefeito.

## Marchezan reconhece que perfil pode ter contribuído

Sobre as 14 baixas no Secretariado e em cargos estratégicos em dez meses de gestão, Marchezan afirmou que muitos motivos levam as pessoas a deixarem o serviço público. Ao ser provocado, no entanto, reconheceu que seu perfil poderia ser uma motivação às saídas. "Meu perfil? Pode ser que seja. Com certeza é. Se as coisas fossem mais frouxas e fáceis, talvez alguns tivessem permanecido".

## Aí fica difícil

O recuo da prefeitura não deu fim à greve dos municipais. A defesa da diretoria do Simpa é pela manutenção da paralisação com o argumento de que a decisão do governo Marchezan – que atendeu à reivindicação do próprio sindicato – foi "unilateral". O tema será pauta de nova assembleia-geral da categoria, na próxima terça-feira. A postura do Simpa, e do Cpers, que ocupou ontem o gabinete do líder do governo, Gabriel Souza, tensionam, mas não colaboram para um desfecho. Gabriel já se reuniu diversas vezes com o sindicato e é um deputado bastante acessível.

## Rs faz proposta

O governador José Ivo Sartori reúne-se em Brasília, hoje, às 16h30min, com o presidente Michel Temer para entregar a proposta de adesão do Rio Grande do Sul ao Plano de Recuperação Fiscal. A expectativa é a de que seja possível definir data, ou pelo menos uma previsão, para a assinatura do pré-acordo. Com esta etapa vencida, o Piratini enviará à Assembleia projeto de autorização à transação. A Secretaria do Tesouro Nacional ainda apresenta resistências técnicas, mas governo gaúcho aposta na adesão ainda este ano.

## APARTES

■ A retirada do regime de urgência dos dois projetos relativos a modificações no IPE é temporária. O governo não desistiu das propostas e irá recolocá-las em pauta ainda este ano.

■ Vice-líder da bancada do PSDB na Assembleia, Pedro Pereira solicitou ao presidente nacional interino do partido, senador Tasso Jereissati, a expulsão da ministra dos Direitos Humanos, a tucana Luíslinda Valois. Ela fez, e depois recuou, de pedido para acumular o salário de ministra com o vencimento de desembargadora aposentada.

## ASSEMBLEIA

# Governo retira urgência de projetos polêmicos

Propostas para alterar estrutura do IPE-RS deixam pauta do plenário e passam a tramitar em comissões

O governo do Estado recuou em sua intenção de apressar a votação de três projetos de seu interesse e articulou ontem, durante a sessão na Assembleia, a aprovação de requerimentos para retirada do regime de urgência sobre os projetos de lei complementar (PLC) 206 e 207, de 2017, que tratam da proposta de modificação na estrutura do Instituto de Previdência do Estado (IPE-RS). Por iniciativa do governo, também foi retirada a urgência do PLC 229/2016, que propõe a regulamentação dos honorários de sucumbência aos procuradores da PGE que vencerem processos movidos contra o Estado. De volta à pauta, as matérias passarão por comissões an-



Chefe da Casa Civil, Fábio Branco, foi ao plenário articular com governistas

tes de retornar ao plenário.

As três matérias, que já trancavam a pauta de votações no Legislativo, não produzem consenso entre os aliados e, caso fossem mantidas na ordem do dia para a sessão de ontem, impediriam a continuidade das votações ou poderiam ser rejeitadas em plenário.

Conforme o Executivo, as retiradas tiveram o objetivo de desobstruir a pauta para que os de-

putados votassem ontem a proposta da Mesa Diretora para a criação da comissão para tratar da Lei Kandir. Porém, o governo não conseguiu manter o quórum, e a proposta não foi apreciada.

Hoje, o governador José Ivo Sartori (PMDB) vai a Brasília para reunir-se com o presidente Michel Temer. Sartori vai apresentar uma "proposta de pré-acordo do RS para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF)".

## Entidades defendem mais debate

O anúncio da retirada do regime de urgência dos projetos relacionados à reestruturação do Instituto de Previdência do Estado (IPE-RS) repercutiu positivamente entre instituições, entidades e representantes de poderes de Estado. "Toda e qualquer modificação que se queira fazer em um regime de previdência precisa ser discutida com a devida cautela. Esta é a posição que o Tribunal de Justiça do Estado tem sustentado", apontou ontem o presidente do Conselho de Co-

municação do TJ, desembargador Túlio Martins. Para ele, diante do entendimento entre o Executivo e membros do Legislativo, resta a expectativa de que o debate sobre o projeto possa ser aprofundado.

Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, Gilberto Schäfer disse que a reestruturação do IPE deve ser tratada como uma questão de Estado e não de governo,

"uma vez que, entre outras razões, afeta milhares de pessoas direta e indiretamente". Schäfer acredita que a retirada da urgência permitirá a correção de "equivocos" contidos nos textos originais. "Vamos apresentar, oportunamente, uma série de sugestões que suprimem, substituem ou corrigem dispositivos que afetam os servidores públicos e a magistratura e seus respectivos poderes e órgãos, cujas autonomias administrativas, financeiras e orçamentárias seriam afetadas."

## SAIBA MAIS

■ **PLC 229/2016** – Propõe a criação, através de alteração na Lei Orgânica da Advocacia do Estado, do Conselho Curador dos Honorários Advocatícios, para ser gestor da concessão de honorários advocatícios de sucumbência a integrantes da PGE que obtiverem êxito ao defender o Estado em ações ajuizadas contra o Poder Executivo. A medida promove um rateio, entre procuradores ativos e aposentados, das verbas pagas pela parte derrotada na ação.

■ **PLC 206 e 207/2017** – Ambos tratam da proposta do governo para reestruturação do Instituto de Previdência do Estado (IPE-RS). Eles redefinem o instituto como IPE Prev e o tornam gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, redesenhando também a estrutura administrativa e redefinindo os modelos de qualificação dos beneficiários.

**HS consórcios**  
Uma empresa do Grupo Herval

**INVISTA NOS SEUS PROJETOS PAGANDO  
METADE DA PARCELA**  
ATÉ A CONTEMPLAÇÃO.

SEU VEÍCULO	Veículos 1/2 parcela *100 meses **120 meses	
A PARTIR R\$ <b>193,71</b> MENSAIS	164.433,00	794,87*
	72.817,00	422,33*
	55.226,00	320,31*
	33.399,00	193,71*

**SEU VEÍCULO USADO COMO LANCE**

hsconsorcios.com.br 0800 644 9007